

***NÚCLEO DE ESTUDO E ORGANIZAÇÃO DE
MULHERES DE MATO GROSSO – NEOM/MT***

**Relatório do Fórum de Mobilização pela Redução
da Mortalidade Materna Infantil e Fetal
30 e 31 outubro 2013.**

Cuiabá -MT
2013

Realização

Núcleo de Estudo e Organização da Mulher de Mato Grosso – NEOM

Comitê Estadual de Mortalidade Materna e Infantil – CEMMI-MT

Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil de Cuiabá/MT-CMMMI

Secretaria de Estado de Saúde - Escola de Saúde Pública e Gerência de Informação, Análises e Ações Estratégicas
em Vigilância Epidemiológica

Prefeitura Municipal de Cuiabá – Secretaria Municipal de Saúde; Diretoria de Vigilância em Saúde e Gerência de
Óbitos e Nascimentos

Apoio Institucional:

Governo Federal – Ministério da Saúde – OPAS- Secretaria Ciências Tecnológicas

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Assembléia Legislativa de Mato Grosso - Sala da Mulher

Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso - CRP18

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso – COREN

Sociedade Beneficente Hospital Santa Helena

Humaniza SUS

Unimed – Cuiabá-MT

Organização/Execução

Elaboração do Projeto: Eloá de Carvalho Lourenço e Noise Maria Pina Maciel

Coordenação Geral do Evento: Eloá de Carvalho Lourenço e Nelma Pereira França

Apoio na Execução do Evento: Marly Mayumi Tutiya, Silvia Missora Karakawa,
Sílvia Cristina Garbim Pinto, Cristiano Andrade de Freitas Baptistella, Aparecida Delano
Leomildo de Arruda Maciel Junior, Antônia Maciel Couto, Fabiana Fátima Prado

Seleção dos Trabalhos: Vera Lúcia Honório dos Anjos, Carmem Silvia Machado, Eluani Silvano Vilarinho

Coordenação de Mesas: Geny C.F. Rodrigues Lopes, Edilanne Tomaselli O. Eubank, Andréia Regina N.V. Coelho

Relatoria: Ademar Macaubas, Vera Honório dos Anjos, Marly Mayumi Tutiya, Nelma Pereira França, Silvia
Missora Karakawa, Eloá de Carvalho Lourenço, Dr. Luiz Augusto C. Menechino

Agradecimentos Especiais

Agradecemos a todos que direta e indiretamente se envolveram com o apoio a este evento, desde o projeto até a execução do Fórum, sem os quais, não teria alcançado os objetivos propostos. Em especial, ao Ministério Público de Mato Grosso, na pessoa do Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado, que tem sido parceiro incondicional dos Comitês de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal desde 2012. Da mesma forma, estendemos esses agradecimentos à Escola de Saúde Pública, na pessoa de Marta Maciel Metello Mansur Bumlai, e a todos que se dispuseram a refletir e participar da discussão desse tema que mexe com nossas estruturas emocionais e nos impulsiona a continuar no empenho incansável para a redução dos óbitos maternos, infantis e fetais evitáveis no Estado de Mato Grosso.

Resumo Executivo

Em 2007, com a reativação do Comitê Municipal de Mortalidade Materna Infantil de Cuiabá, fez-se um movimento de discussão coletiva e socialização ampliada, com proposta de realização de fóruns com o objetivo de promover a realização de eventos científicos, para debater a situação da mortalidade materna e infantil, que caracterizavam um grave problema de saúde pública.

Em 2008, houve o primeiro Fórum de Mortalidade Materna de Cuiabá, ocorrida no Plenário da Câmara dos Vereadores de Cuiabá, com ampla participação, em que o foco centrou-se nos óbitos maternos e discutiram-se os temas: *“Assistência humanizada à mulher no pré-natal, no trabalho de parto, no puerpério”* e *“Direitos da Mulher”*. Para o debate desses temas contou-se com a representação de profissionais que atuavam na Atenção Primária, Terciária e representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MT.

Em 2012, os Comitês Estadual e Municipal de Mortalidade Materna e Infantil de Cuiabá, preocupados em reduzir não só a mortalidade materna, mas também a infantil realizou o segundo fórum, visto que em 2011, houve uma razão de mortalidade materna aproximada de 70 óbitos por 100.000 nascidos vivos (NV), enquanto que o aceitável é de 20 por 100.000 NV e, que em torno de 98% dessas mortes são consideradas evitáveis, por medidas relacionadas à assistência adequada no pré-natal, parto e puerpério.

Os conteúdos abordados foram: *“Políticas para o Combate de Mortalidade Materna no Brasil”*; *“Atenção primária - PSF no Estado de MT”*; *“Atenção pré-natal no Município de Cuiabá”*; *“Panorama da Mortalidade Materna nos últimos 05 anos no Estado”*; *“Panorama da Mortalidade Materna nos últimos 05 anos em Cuiabá”*; *“Rede de Atenção ao Parto no Estado de MT”*; *“Rede de Atenção ao Parto em Cuiabá”*; *“Criação do Fórum Permanente da Rede Cegonha”*.

O Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil foi organizado com o envolvimento de vários profissionais da Gerência de Vigilância de Óbitos e Nascimentos do Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil, teve o patrocínio do Ministério Público, UNIMED, Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Enfermagem, Núcleo do HUIJM, Gerência de Vigilância a Doenças e Agravos Não Transmissíveis da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá.

A avaliação geral foi que o evento atingiu seu objetivo. A partir dos dados apresentados podem-se apontar os problemas adjacentes e os possíveis caminhos para minimizar ou contribuir efetivamente para a redução desses óbitos. A meta almejada com este fórum foi ampliar a participação, sendo disponibilizadas 250 vagas, das quais 182 pessoas participaram efetivamente, o que correspondeu a 67,4% de participação.

A participação de todos nos debates, foi muito profícua e produtora, levando os gestores estaduais presentes e os participantes de forma geral, a refletirem sobre os problemas e a urgência nas ações de intervenções que apontassem para redução dos óbitos maternos e infantis no estado.

A experiência do Fórum de 2012 foi inscrita e selecionada no 2º Seminário Internacional de Inovação sobre participação e controle social promovido pela OPAS/OMS, em novembro 2012 em Brasília/DF, em que ficou entre as 10 melhores experiências exitosas.

Em 2013, a realização do Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna Infantil e Fetal,

congregou questões relacionadas à saúde da mulher, da criança e os indicadores do óbito fetal, numa tentativa de se evidenciar a necessidade de reduzir as altas incidências nesse ciclo de vida. Ampliou-se a discussão, com a participação de 50% dos Escritórios Regionais de Saúde, abrangendo municípios prioritários, que fizeram a adesão à Rede Cegonha.

Foram disponibilizadas 250 vagas, mas houve a inscrição de 316, com 191 participações efetivas, representando o percentual de 76,4% das vagas. Foram ofertadas duas oficinas: Oficina de Terapia Comunitária Integrativa (TCI), voltada para os investigadores dos óbitos, com vagas limitadas para 30 participantes e consiste num procedimento terapêutico, em grupo, com finalidade de promover a saúde, relacionada a um espaço de partilha de experiências, funcionando como promotora de cidadania, de redes sociais solidárias e de identidade cultural. Está fundamentada em cinco pilares: 1. Pensamento Sistêmico; 2. Antropologia Cultural; 3. Teoria da Comunicação; 4. Capacidade de Resiliência; 5. Pedagogia de Paulo Freire. A segunda oficina, aberta para todos os demais participantes do Fórum, tratou da “Declaração de Óbito” e a “Importância da Qualidade da Informação”, com objetivo de despertar os jovens profissionais e estudantes para a importância desses dados que geram as informações necessárias para se planejar as intervenções preventivas de óbitos evitáveis.

Outro aspecto que representou inovação e concretização das primeiras discussões sobre os Fóruns, foi a inscrição de trabalhos e experiências exitosas para serem socializadas por meio da apresentação na modalidade de banners, em que houve a inscrição e exposição de oito trabalhos relacionados ao tema, conforme planilha anexa.

Síntese das propostas apontadas no Fórum

1. Reforçar a necessidade de construção do hospital materno infantil em Cuiabá;
2. Proposta do Projeto de Lei para criação do Comitê Estadual de Prevenção a Mortalidade Materna, Infantil e Fetal – CEPMMIF-MT;
3. Capacitação continuada para profissionais que atuam na Vigilância de Óbitos Materno, Infantil e Fetal nas vigilâncias, comitês, atenção primária, secundária e terciária nos municípios do Estado de Mato Grosso por meio da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso;
4. Fomentar a integração da vigilância do óbito, com as áreas de assistência primária, secundária e terciária e Comitês de Mortalidade, identificando os determinantes dos óbitos;
5. Fomentar a implantação de Comissões Técnicas de Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal e Comitês de Mortalidade, nos municípios e/ou Escritórios Regionais de Saúde e em hospitais do Estado de MT;
6. Monitorar por meio da vigilância e comitês de Mortalidade os indicadores do SISPACTO, e propor conjuntamente, ações de intervenção para a redução dos óbitos maternos, infantis e fetais de residentes no Estado de MT.

Desafios

1. Disponibilização de profissionais (RH) e estrutura física para o Comitê Estadual e Municipal de Cuiabá;
2. Priorizar os recursos físicos, humanos e financeiros para as vigilâncias e comitês de Mortalidade, devido ao curto prazo para o atingimento das metas – até 2015;
3. Direcionar intervenções nos grupos com alta carga de morbi-mortalidade; Maior acurácia no diagnóstico das doenças de maior risco nas gestantes, puérperas e crianças e oferecer serviços e tratamento adequado e oportuno pela SES e Municípios;
4. Envolver a equipe do nível local no processo de vigilância para identificação dos determinantes do óbito e promover as melhorias necessárias: Grupos Técnicos (GT); unidades básicas de saúde; hospitais (NHE, CCIH, entre outros);
5. Divulgar periódica e oportunamente as informações relativas ao óbito materno, infantil e fetal pela SES e Municípios;
6. Participar de ações interinstitucionais e das redes de atenção à Saúde que perpassam a área Materna, Infantil, Fetal e adolescência voltadas para a prevenção dos óbitos, as vigilâncias municipais, estadual e comitês de mortalidade.

Parte I

1. Apresentação

O Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal tem sido um espaço para discussão e socialização sobre a situação da mortalidade de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso. É considerada uma importante estratégia para promover a mobilização de todos os setores envolvidos com a redução destes óbitos e qualificação da assistência à criança e à mulher no ciclo gravídico-puerperal.

Além desses aspectos, buscou-se envolver os Escritórios Regionais de Saúde e os Municípios de grande porte que aderiram à Rede Cegonha com vistas a envolvimento dos participantes para implantação do fórum perinatal e de comitês regionais de mortalidade materna e infantil no estado de MT, e assim possibilitar a troca de experiências e conhecimentos para o aprimoramento das informações.

As inscrições foram abertas no período de 23/09/2013 a 18/10/2013. As fichas de inscrição ficaram disponíveis no site SES/MT e podiam ser solicitadas no e-mail exclusivo forummortalidade@gmail.com, que após preenchida a ficha de inscrição, deveria ser retornada para o mesmo e-mail. Além disso, foi disponibilizado os contatos para dúvidas, o telefone: 3617-1311, no horário das 07:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00. Foi divulgado também por meio de cartazes e banners distribuídos nos murais de Hospitais, Instituições de Ensino, Equipes de Saúde da Família (ESF), Postos de Saúde, Policlínicas e nos sites da SES, do CRP18, SISMA, Ministério Público de MT, COREN-MT, da Prefeitura Municipal de Cuiabá, Escritório Regional de Saúde de Cuiabá e Rondonópolis e nas redes sociais.

O público alvo abrangeu profissionais da saúde, Ministério Público, gestores do sistema de saúde público e privado, universidade, sociedade civil e organizada.

O local da realização ocorreu no Auditório da Sede das Promotorias de Justiça da Capital (End. Edifício Dr. José Eduardo Faria - Rua Desembargador Milton Figueiredo Ferreira Mendes, setor D, s/nº - Centro Político Administrativo).

PROGRAMAÇÃO

30/10/2013

Horário – Atividade

7:30 às 8:00 - Entrega de material

8:00 às 8:30 - Abertura

8:30 às 10:00 - **Conferência**

“Assistência digna e nascimento saudável: Desafio possível” - Dr^a Sandra Coenga de Souza

10:00 às 10:15 – Intervalo

10-15 às 11:30 - Mesa Redonda:

- **“Desafios para potencializar a vigilância do óbito materno, infantil e fetal no contexto Municipal e Estadual.”**

- **Juliano Silva Melo** - Superintendente de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso

- **Marildes Benedita de Assunção** - Enfermeira do Distrito Sanitário Especial Indígena Cuiabá - DSEI

- **Flávia Guimarães Dias** - Coordenadora Especial Rede Assistencial de Vigilância a Doenças e Agravos da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá

11:30 às 12:00 - Debate

12:00 às 14:00 - Almoço

14:00 às 15:30 - Mesa Redonda:

“Operacionalização da Política de Assistência humanizada no pré-natal, parto e puerpério como estratégia na prevenção da mortalidade materna, infantil e fetal – Redes de serviços e gestão.”

- **Dr. Alexandre de Matos Guedes** - Promotor de Justiça de Mato Grosso

- **Dra. Jaqueline Beber Guimarães** - Secretária Municipal de Saúde de Várzea Grande

- **Dr. Helio Marcelo Pesenti Sandrin** - Diretor Clínico do Hospital Santa Helena

- **Dr^a Marli Eliani Uecker** - Nutricionista do serviço de triagem neonatal do Hospital Universitário Julio Muller, membro efetivo do comitê de humanização do HUJM – membro efetivo da equipe de implantação dos programas Rede Cegonha, Método Canguru E Hospital Amigo da Criança do HUJM.

15:30 às 16:00 – Debate.

16:00 às 17:00 – Apresentação cultural

Apresentação cultural: Solo em violão com a música de Almir Sater - “Kikiô” intérprete: Epidemiologista Dr. Ageo Mário Cândido da Silva

Visitação a exposição de banners

17:00 - Coffee Break e encerramento das atividades

31/10/2013

Horário – Atividade

07:30 às 08:00 - Inscrições para as Oficinas.

8:00 às 10:00 - Roda de conversa

Tema – “Experiência do Comitê Municipal de Mortalidade Materna, Infantil e Vigilância do Óbito Materno no município de Cuiabá”

– **Drª Lúcia Helena Barboza Sampaio** - Presidente do Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil de Cuiabá e representante do CRM

Tema - “Relato de experiência na comissão técnica de Vigilância do Óbito Materno e de Mulheres em Idade Fértil”

– **Dr. Luiz Augusto Cavallini Menechino**- Ginecologista obstetra representante da Comissão de Vigilância do Óbito Materno de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso

Tema – “Experiência do Juizado da Infância e Juventude de Cuiabá”

– **Drª Gleide Bispo Santos**- Juíza da Vara da Infância e Juventude do Município de Cuiabá

Tema - “Experiência da Regional de Barra do Garças: Comitê Regional de Mortalidade Materna e Infantil Garças-Araguaia”

– **Márcia Cristina Rauber** - Técnica de Vigilância do Óbito do Escritório Regional de Saúde de Barra do Garças de Mato Grosso e representante do Comitê Regional de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e da Infância

10:00 às 10:15 - Intervalo

10:15 às 12:00 – **Roda de Conversa:**

1º Tema: “Aspectos históricos da constituição dos Comitês de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal”

– **Ms. Rita Christina Martins Borges** – Enfermeira sanitarista representante da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.

2º Tema: “Implantação do Fórum Permanente Perinatal em MT”

– **Ms. Noíse Maria Pina Maciel** – Enfermeira Apoiadora Institucional do Ministério da Saúde para os hospitais - Rede Cegonha e membro do Comitê Estadual de Mortalidade Materna Infantil.

3º Tema: “Reestruturação do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil no Estado e nas 16 Regionais de Saúde de Mato Grosso”

– **Ms. Eloá de Carvalho Lourenço** – Psicóloga Sanitarista da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso, Presidente do Comitê Estadual de Mortalidade Materna Infantil e representante do CRP-MT

12:00 às 14:00 Almoço

14:00 às 17:00 – **Oficina 1**

“A Declaração de Óbito e a importância da qualidade da informação” Local: Auditório do Ministério Público

Drª Lúcia Helena Barboza Sampaio – CMMMI-Cuiabá/CRM-MT

14:00 às 17:00 - **Oficina 2**

Piso superior MP - “Terapia Comunitária Integrativa para os investigadores dos óbitos”

Drª Rosa Lúcia Rocha – Docente de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso)

17:00 – Coffee Break e encerramento das atividades.

2. Introdução

Este documento registra o conteúdo discutido no Fórum, cuja solenidade de abertura contou com presença de autoridades políticas, científicas, técnicas, estudantis, lideranças comunitárias e organizações sociais. Ocasão em que todos debateram acerca da importância da temática e sobre o cenário atual no Estado de Mato Grosso.

Durante essa solenidade, num movimento político como é necessário e oportuno na função do Comitê Estadual, repassou-se à Deputada Estadual Teté Bezerra, minuta de projeto de lei, em que se propõe instituir formal e legalmente o “Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal de Mato Grosso”. A deputada manifestou disposição para contribuir, inclusive ser inteirada sobre os resultados do Fórum e acrescentou que essa temática deve ser aprofundada em discussão e proposta junto a Assembleia Legislativa.

O Fórum prosseguiu com exposições das experiências dos profissionais, oficinas, debates em que foram compartilhados indicadores, problemas, preocupações, expectativas e proposições com encaminhamentos voltados para promover a mudanças no atual cenário dessas perdas evitáveis em Mato Grosso, que poderão ser conferidas nos anexos constantes neste documento.

2.1 Propósito do Fórum

Sensibilizar e mobilizar os participantes para implantação do Fórum Perinatal e de Comitês Regionais de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal no Estado de Mato Grosso, assim como, possibilitar a troca de experiências e conhecimentos para o aprimoramento das informações na vigilância dos óbitos maternos, infantis e fetais no Estado de Mato Grosso.

2.2. Objetivos

2.2.1. Geral

Debater a situação da mortalidade materna, infantil e fetal de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso, bem como estratégias para a redução destes óbitos e assistência à criança e à mulher no ciclo gravídico-puerperal.

2.2.2. Específicos

- Mobilizar ERS para implantação de Comitês de prevenção em 15 Regionais de Saúde no Estado de Mato Grosso;
- Propor a implantação do Fórum Perinatal no Estado de MT;
- Promover um espaço para troca de experiências dos investigadores, visando o fortalecimento dos aspectos emocionais para a investigação dos óbitos domiciliares;
- Capacitar os profissionais da saúde, estudantes e residentes de medicina para o correto preenchimento da DO.

2.2.3. Metodologia

A abordagem foi desenvolvida de forma dialogada, por representantes de comprovada experiência no assunto. Utilizou-se o formato de conferências, mesas redondas, exposição de trabalhos científicos por meio de banners relacionados à temática e duas oficinas: terapia comunitária para os investigadores dos óbitos e Declaração de Óbito e a importância da qualidade da informação.

No espaço onde o evento ocorreu, ante sala do auditório do Ministério Público, foi organizada a exposição de trabalhos científicos e experiências exitosas em formato de banners relacionados à temática, para

visitação e intercâmbio de experiências junto aos participantes e demais visitantes, com certificação da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso.

A Oficina ofertada, denominada Terapia Comunitária Integrativa (TCI) para os investigadores dos óbitos, limitada ao número de 30 participantes, trata-se de uma tecnologia de cuidado com grupos que se caracteriza como uma ferramenta de construção de redes sociais solidárias. Foi criada em 1987, no município de Fortaleza/CE, pelo psiquiatra e antropólogo Professor Doutor Adalberto de Paula Barreto. É uma alternativa para se trabalhar com grupos de maneira dinâmica, participativa e reflexiva, que abre espaço para que os participantes exponham seus problemas e suas inquietações, que repercutem no diálogo em favor da busca de soluções para os conflitos emanados. A TCI, além de ser um espaço aberto para a troca de experiências, cria vínculos e resgata a autonomia dos indivíduos, por facilitar a transformação de carências em competências que os tornarão capazes de ressignificar momentos de dores e perdas com a sabedoria ali adquirida (BARRETO, 2008). Utilizam-se a música como disparadora do processo com uso do violão, dinâmicas lúdicas, corporais e vocais, que aponta para a qualidade do sentir, falar e ouvir.

A segunda oficina abordou “A Declaração de Óbito e a importância da qualidade da informação”, visto a necessidade de considerar a importância das variáveis e preenchimento corretos e a qualidade das informações, para fins epidemiológicos e sua inserção no Sistema de Informação sobre Mortalidade.

Parte II

Relatório

O Fórum transcorreu com a exposição de vários palestrantes, que abordaram temas relacionados ao óbito materno, infantil e fetal, seguido de debates e ao final com proposições e encaminhamentos.



A mesa de abertura foi composta pelas autoridades presentes com a execução do Hino Nacional, onde após breve exposição por todos que quiseram se manifestar, a abertura oficial ocorreu com a fala da Coordenadora Geral do Evento, Eloá de Carvalho Lourenço, que deu as boas vindas a todos e agradeceu a presença e participação em que a cada evento, vem superando as expectativas demonstrando a importância e necessidade de eventos dessa natureza, para congregar pessoas que estão dispostas a partilha das experiências, olhar para os problemas identificando os pontos frágeis e as potencialidades e partir para ações coletivas que possam impactar na melhoria da qualidade da assistência em todos os níveis e, conseqüentemente, na redução dos óbitos maternos, infantis e fetais.



A conferência foi proferida pela **Dr^a. Sandra Coenga de Souza**, médica pediatra sanitarista do **Hospital Universitário Julio Muller (HJUM)** e consultora da área Técnica de Saúde da Criança pelo **Ministério da Saúde**, que contextualizou historicamente, retratando sobre o respeito pelo “pudor” do paciente, que é um ser humano e a importância para o profissional da Educação Permanente em Saúde.

Reportou aos indicadores estatísticos sobre nascimento e mortalidade, apontando aspectos necessários como: a importância da atenção básica – com equipe multiprofissional, com vista a uma escuta qualificada; o trabalho de acolhimento com classificação de risco para melhor definição de prioridades e identificação dos fatores de risco. Referiu-se à estratégia Rede Cegonha e os possíveis ganhos no campo da saúde com a sua implantação na íntegra. Outro fator abordado foi sobre o parto humanizado e a atenção ao recém-nascido na primeira hora de vida, como aspectos fundamentais para inibir agravos, sequelas e óbitos.

Apontou ainda as necessidades para mudar a realidade atual com a retomada de parto normal, para tanto, faz-se necessário:

- ✓ Investir em nova geração de médicos;
- ✓ Ofertar curso de atualização, especialização, residência e obstetrícia;
- ✓ Realizar curso de Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância-Neonatal (AIDPI) para toda equipe;
- ✓ Ampliar vagas para residência médica: áreas básicas e neonatologia;
- ✓ Realizar curso de vigilância de óbitos materno, infantil e fetal.

Enfatizou também, sobre a importância de utilizar na atenção ao parto e nascimento às tecnologias denominadas por Merhy (2002):

- 1- Leves - acolhimentos e vínculos
- 2- Leves-Duras - protocolos
- 3- Duras – equipamentos

1ª Mesa Redonda: “Desafios para potencializar a vigilância do óbito materno, infantil e fetal no contexto Municipal e Estadual”.

Coordenação: **Edilanne Tomaselli O. Eubank** - Enfermeira do COREN –MT



Primeira Palestra

Teve início com **Juliano Silva Melo, Superintendente da Vigilância em Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde de MT**, que expôs os desafios para que se tenha assistência digna no Estado de Mato Grosso.

Apontou a grande extensão territorial, a precariedade dos municípios de menor porte, para dar o suporte adequado na saúde, em especial, na atenção ao parto. Enfatizou que o trabalho de investigação dos óbitos apresentou uma tendência de declínio no Estado como um todo e sobre a razão de mortalidade materna com suas principais causas. Dentre elas, as mortes obstétricas (hipertensão/DHEG; infecção puerperal; aborto e hemorragias), mortes obstétricas indiretas (Doença infecciosa/parasitária e outras que complicam a gravidez, o parto e puerpério) e sem classificação (mortes maternas por causas não especificadas, que poderia ser doenças como sífilis e toxoplasmose). Fez uma reflexão sobre o aumento do percentual de óbitos materno, infantil e fetal, ocorridos fora do município de residência para outros municípios de referência, destacando-se os seguintes municípios: Brasnorte, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Rosário Oeste, Várzea Grande, Barra do Garças, Canarana, Campo Novo do Parecis, Comodoro, Guarantã do Norte, Rondonópolis, Lucas do Rio Verde e Tangará da Serra.

Ao que concerne a não investigação dos óbitos, o Superintendente argumentou que é uma cadeia de eventos que levam a não atingimento da meta, destacando que a meta estadual para investigação de óbito infantil, fetal e mulher em idade fértil é 85% e materno 100%. E finalizou, apresentando como desafios os seguintes pontos:

- ✓ Reduzir para 35 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos e o infantil manter abaixo de 17,9 óbitos, por mil nascidos vivos (Objetivo de Desenvolvimento do Milênio até 2015);
- ✓ Desenvolver modelo de vigilância para a Atenção a Saúde para a identificação dos determinantes do óbito;
- ✓ Reduzir a subnotificação dos óbitos materno, infantil e fetal;
- ✓ Qualificar as informações dos óbitos materno, infantil e fetal;
- ✓ Disseminar informações em tempo oportuno para intervenções.

Segunda Palestra

Proferida pela Enfermeira **Marildes Benedita de Assunção**, representando o **Distrito Sanitário Especial Indígena de Cuiabá (DSEI)**, que enfatizou as questões culturais que abrangem o cenário/territorialidade dos povos indígenas no Estado de Mato Grosso. Indicando os 17 municípios com área indígena, sendo eles: Rondonópolis, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Santo Antônio do Leverger, General Carneiro, Paranatinga, Nobres, Porto Esperidião, Brasnorte, Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Comodoro, Planalto da Serra, Conquista D'Oeste, Sapezal, Diamantino, Poxoréo. Perfazendo 116 aldeias, com 2.321 famílias. Para esta população na atualidade, estão disponíveis 12 equipes de saúde e que tem a seguinte composição: enfermeiros, dentistas, técnicos, auxiliares, Agente Indígena de Saúde (AIS), Agente Indígena de Saneamento (AISAN), Agente/Auxiliar de Saúde Bucal Indígena (ASBI) e médico.

Quanto às ações de saúde, evidenciou que:

- ✓ O pré-natal é realizado na maioria das aldeias pelos enfermeiros e nas aldeias que tem o profissional médico na Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) esta ação é feita em conjunto, bem como as demais atividades assistenciais;
- ✓ Os agentes indígenas de saúde facilitam a assistência oferecendo apoio à EMSI, especialmente no que se refere às informações sobre a cultura e estrutura familiar que podem estar diretamente relacionada à saúde materna e infantil;
- ✓ Na área de abrangência do DSEI Cuiabá a mortalidade materna está começando a despontar como problema, houve um caso em 2011 e outro em 2013. Os dois óbitos ocorreram na atenção secundária, com causa indeterminada, mesmo após a investigação;
- ✓ Alguns fatores que afetam a finalização do parto e podem levar a mortalidade materna indígena são:
 - a. **Número de cesarianas vem aumentando:** em 2010 (n=39), 2011 (n=57) e 2012 (n=48) cesarianas. Lembra que a opção geralmente é da parturiente ou dos familiares;
 - b. **Parto tradicional diminuindo:** em 2012 somente 20% dos partos foram tradicionais, realizados com auxílio das parteiras e pouca ou nenhuma interferência dos profissionais de saúde. Não há nenhum registro de morte materna ou neonatal relacionada aos partos ocorridos na aldeia;
 - c. **Prestação do serviço:** relacionadas à qualidade da assistência desde o planejamento familiar, a orientação pré-gestacional, ao pré-natal, ao parto e o puerpério;
 - d. **Fatores culturais:** demora em iniciar o pré-natal - vergonha da mulher em se apresentar como grávida antes do aparecimento do abdômen gravídico, tabu em aceitar as consultas e encaminhamentos para a rede de referência, vínculo de trabalho em fazendas, início da atividade sexual precoce e intervalo entre os partos menor que o preconizado, desuso de métodos anticoncepcionais tradicionais, especificidade das etnias, acesso a rede de serviço (localização geográfica). A família muitas vezes, impede os encaminhamentos necessários, especialmente de menores de 05 anos com risco, por medo do óbito ocorrer na cidade longe da aldeia e, comprometer a alma para sempre, pois a mesma se perde, de acordo com a crença e costume de cada etnia;
 - e. **Fatores socioeconômicos:** condições de moradia, saneamento básico, fragilidade própria da faixa etária de menores de 1 ano, acesso a rede de referência.

Com relação à mortalidade infantil, a representante do DSEI Cuiabá ponderou que:

- No mês de setembro de 2013 tivemos um total de 172 crianças cadastradas;
- No primeiro semestre de 2013 a média de acompanhamento mensal do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 05 anos foi de 54,1%;
- O número de nascimentos por ano tem variado em torno de 150 em 2010, 222 em 2011 e 175 em 2012;
- As principais causas de óbitos no DSEI Cuiabá estão relacionadas ao aparelho respiratório, seguida de desnutrição e desidratação;
- Os óbitos ocorridos em 2013 até setembro foram classificados como causas evitáveis pela lista do Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo (SEADE).

A palestrante apontou como dificuldades para a vigilância do óbito indígena os seguintes aspectos:

- **Coleta de dados:** Erros de informação na DO em relação a real causa do óbito; dificuldade de acesso aos parentes nas aldeias em virtude do ritual de sepultamento, carência de profissional médico para preencher a DO, dificuldade na investigação domiciliar e nos estabelecimentos de saúde devido a carência de dados nos prontuários, dificuldade no fluxo de informação de retorno das EMSI devido a distância da sede do DSEI e sem recursos tecnológicos (internet), falta de profissional codificador para avaliação de causa básica;
- **Processamento, análise e interpretação dos dados:** Ausência de Comissão Distrital de Óbitos instituídos, ausência de profissionais habilitados e capacitados, dificuldade em encaminhar os problemas relacionados ao óbito;
- **Recomendações:** Definir autonomia da Comissão Distrital e parceria com o Comitê Estadual para realizar

as recomendações pertinentes;

- **Promoção das ações de controle indicadas:** Dificuldade de logística, hábitos específicos da cultura impossibilitam, em alguns casos a realização de exames, dificuldade de entendimento dos profissionais não indígenas do estilo de vida das comunidades;
- **Avaliação da efetividade das medidas adotadas:** Implantação de monitoramento e avaliações prioritárias (Saúde da Mulher e da Criança);
- **Divulgação das informações pertinentes:** Definir mecanismos para a divulgação;
- **Formação permanente dos profissionais da assistência:** Inexistência de uma política de capacitação permanente na SESAI para os profissionais de saúde;
- **Logística:** Aldeias localizadas em diferentes municípios, sendo 17 com terra indígena;
- **Falta do profissional médico:** A maior parte dos óbitos de menores de 1 ano ocorrem na aldeia, sem acesso a diagnóstico médico;
- **Rotatividade profissional:** ocorrência de rotatividade profissional em algumas etnias;
- **Ausência de pactuações municipais** dificuldade no entendimento dos papéis de cada instituição.

No que diz respeito às estratégias implementadas, para modificar o cenário apresentado enfatizou:

- ✓ Reorganizar o serviço nas aldeias em conjunto com o Conselho Local, profissionais de saúde e área técnica;
- ✓ Capacitar na estratégia AIDPI, 25 profissionais enfermeiros e médico (1) lotados nas EMSI, CASAI e Responsáveis Técnicos;
- ✓ Implantar formulário específico para o acompanhamento da puericultura;
- ✓ Implantar formulário de acompanhamento do pré-natal;
- ✓ Capacitar RT para multiplicadores da estratégia AIDPI;
- ✓ Redimensionar as EMSI nas áreas geográficas (ainda em discussão);
- ✓ Melhorar as condições de mobilidade dos profissionais e usuários;
- ✓ Pactuar referências com os municípios que possuem território indígena;
- ✓ Oficializar a Comissão Distrital Indígena de Vigilância do Óbito.

Terceira Palestra



Realizada por **Flávia Guimarães Dias, Coordenadora da Vigilância do Município de Cuiabá**, que apresentou a série histórica da razão de mortalidade materna de Cuiabá, no período de 1999 a 2013, verificando-se queda significativa de 1999 a 2001, passando de 96,2 para 33,1 por 100.000 NV, 2004-2005 de 108,3 para 52,1 por 100.000 NV e 2008-2009 de 84,3 para 33,2 por 100.000 NV. Enfatizou que a partir de 2007 houve uma intensificação e monitoramento sistemático das investigações dos óbitos de mulheres em idade fértil, possibilitando a correção das subnotificações dos óbitos maternos. Apresentou a razão de mortalidade materna por principais causas específicas de morte em Cuiabá no período de 2010-2012 e a proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados. Também destacou que os óbitos maternos no período de 2009-2013 foram 100% investigados e sobre

a distribuição de óbitos maternos por região de residência do município de Cuiabá no período de 2010-2013. Outro destaque, foi o fato da capital ser referência para atendimento de gestante com alto risco e possuir leitos de UTI adulto e infantil, desencadeia uma grande demanda de gestantes do interior para a capital, e com isso aumentando o número de óbitos por local de ocorrência. Coloca que se olhar apenas para a população de Cuiabá, o número de leitos obstétricos e neonatais seriam suficientes, mas a carência de leitos no Estado tem sobrecarregado a capital que possui maior número de profissionais e equipamentos, sendo referência, o que ocasiona demanda sem acesso da própria população da capital.

2ª Mesa Redonda: “Operacionalização da política de assistência humanizada no pré-natal, parto e puerpério como estratégia na prevenção da mortalidade materna, infantil e fetal – Redes de Serviços e gestão”.

Coordenação: **Andréia Regina Nascimento V. Coelho** - Odontóloga, representante do Conselho Municipal de Saúde de Cuiabá-MT.



A discussão desta temática foi abordada pelos profissionais: **Dr. Hélio Marcelo Pesenti Sandrin** (Hospital Santa Helena); **Marli Eliani Uecker** (Hospital Universitário Julio Müller); **Dr. Alexandre de Matos Guedes** (Ministério Público Estadual) e **Drª. Jaqueline Beber** (Secretária Municipal de Saúde de Várzea Grande), cuja síntese das falas está abaixo descrito.

A **Srª. Marli Uecker**, reiterou a necessidade de elevar números de parto normal, visto a estruturação da rede cegonha e apontou para a experiência com o banco de leite e o episódio de óbitos (2 casos) em razão do desenvolvimento de mastite pelas mães.

Dr. Alexandre Guedes apontou os problemas de gestão frente às unidades assistenciais no âmbito de Mato Grosso, focando para as questões de judicialização da saúde como alternativas possíveis para dar cumprimento às prerrogativas legais quanto à assistência e a gestão dos recursos públicos.

Dr. Sandrin, abordou sobre a política de assistência humanizada, referindo que as medidas que vem sendo implementadas ainda estão acontecendo de forma tímida tendo em vista a enorme necessidade da população atualmente. Reafirmou que tem feito esforços para atender a todas que chegam no hospital e reconhece que ainda precisa melhorar mais, tanto no acolhimento com classificação de risco como no avanço do parto humanizado, e que vem trabalhando no sentido de haja ampliação e possa receber o acompanhante de escolha da mulher (pai da criança), que hoje ainda representa uma situação difícil, tendo em vista, a ausência de privacidade das mulheres na enfermaria. Isso tem gerado algumas confusões que precisam ser sanadas, mas que é um processo lento, para poder, de fato e de direito, cumprir o que determina a lei de acompanhante.

Drª. Jaqueline, secretária municipal de saúde de Várzea Grande, expôs sobre a atenção integral à saúde materno e infantil no município de Várzea Grande, apresentando indicadores e o plano municipal de saúde com as previsões de melhoria da infraestrutura, da rede de serviço para mudar os atuais indicadores de saúde desse município que também foram apontados. Relatou sobre a maternidade no Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande e a morosidade frente à greve dos médicos. Citou a não realização dos partos em Várzea Grande, argumentado que o Índice de Valor de Qualificação (IVQ) e valor da AIH, são maiores em Cuiabá justificando a preferência dos médicos em fazê-los na capital.

Após a exposição, houve o debate e foram levantados os problemas abaixo:

1. Razão de mortalidade materna elevada em 2013;
- ✓ Baixa cobertura das Unidades de Atenção Primária ocasionando problemas no acesso e qualidade da assistência materno e infantil;
- ✓ Evasão das usuárias de Várzea Grande, para os hospitais de Cuiabá, sendo capitaneadas pelos profissionais que atuam nos dois municípios;
- ✓ A inexistência de maternidade e hospital infantil público em Várzea Grande, e na baixada cuiabana, aumentando a demanda no município de Cuiabá;
- ✓ A necessidade urgente de implementação da vigilância epidemiológica de Várzea Grande, intensificando a

investigação dos óbitos, identificando os determinantes das mortes evitáveis e realização das intervenções necessárias;

- ✓ Durante o debate houve questionamento quanto ao funcionamento das policlínicas de Várzea Grande e a necessidade de adequação para a qualidade da assistência no nível secundário.

Após a colocação da secretária de saúde de Várzea Grande quanto à oferta de kits de enxoval para as gestantes, a mesma foi questionada sobre as ações assistenciais efetivas para preservar a vida das mães.

Foi abordado o alto índice de sífilis congênita, apontando para a qualidade da assistência pré-natal no estado.

Evidenciou a necessidade de cumprimento da legislação vigente, dentre elas a implantação de uma maternidade infantil no município de Cuiabá, visando atender a demanda da sua população e a reorganização da rede de atenção obstétrica e neonatal. Assim como, implementar as políticas do Ministério da Saúde, referente ao cumprimento dos dispositivos da Rede Cegonha, para a mudança do modelo assistencial, inclusive a garantia da presença do acompanhante durante toda a fase da evolução do parto, que sem dúvida é uma medida protetora para a mãe e a criança.

Entretanto, observa-se que os recursos públicos têm sido direcionados para as instituições privadas e os gestores de Mato Grosso não tem investido na implantação da maternidade pública.

Destaca-se a necessidade do Ministério Público atuar junto aos gestores e ao governo do estado para que a maternidade pública possa ser concretizada e se possa vislumbrar uma rede de atenção que garanta a melhoria do acesso e a qualidade da assistência conforme preconiza a Rede Cegonha.

A importância do acompanhamento efetivo do Ministério Público quanto aos investimentos que o governo estadual vem fazendo por meio das Organizações Sociais de Saúde (OSS) e em contrapartida sucateando a estrutura pública.

No debate pode-se contemplar ainda a discussão dos temas relativo a humanização da assistência, investigação de óbitos, presença do acompanhante da gestante, busca de estratégias para melhorar os indicadores de mortalidade, redução do número de partos cesarianos desnecessários. A importância da implementação de políticas públicas, com ações que impactem nos determinantes sociais que elevam a mortalidade materna, infantil e fetal.

Roda de conversa

Coordenação: **Geny Catarina F. Rodrigues Lopes** – Assistente Social da Secretaria de Estado de Saúde/ representante do Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Mato Grosso.

Tema: “Relato de experiência da Comissão Técnica de Vigilância do Óbito Materno de Cuiabá e Mato Grosso”



O segundo dia do Fórum iniciou-se com a apresentação do **Dr. Luiz Augusto C. Menechino**, ginecologista-obstetra, integrante da Comissão de Vigilância do Óbito Materno, que na roda de conversa, contextualizou o pacto em que o Brasil é signatário - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre os quais destaca redução da mortalidade materna. Mencionou a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.172, de 15/06/2004, quanto à vigilância epidemiológica da mortalidade materna como uma atribuição de municípios e estados. Salientou que a

Portaria MS nº 1.119 de 05/06/2008, regulamenta esta prática, com prazos e fluxos da investigação. Apresentou a série histórica de nascidos vivos e razão de mortalidade materna no Estado de Mato Grosso e Cuiabá.

Expôs as ações que tem sido empreendida por meio da realização de contato direto com técnicos da Vigilância Epidemiológica dos municípios de: Rondonópolis, Pontes e Lacerda, Barra do Garças, Várzea Grande, Chapada dos Guimarães, Tangará da Serra e Sinop, para acrescentar e resgatar informações aos casos em análise, no sentido de buscar a completude e a qualificação da informação.

Referiu sobre as reuniões com Coordenadores da Vigilância Epidemiológica Estadual e Municipal para apresentação do processo de trabalho e solicitação da oficialização da Comissão Técnica.

Informou sobre a elaboração e encaminhamento de relatório à Superintendência de Vigilância em Saúde-Coordenação de Vigilância Epidemiológica, referente às análises preliminares das ocorrências dos óbitos maternos de Mato Grosso. Enfatizou que está em processo de elaboração o Informe Epidemiológico, referente à Mortalidade Materna no Estado de Mato Grosso.

O profissional apontou os desafios impostos à Comissão Técnica de Vigilância do Óbito Materno e de Mulheres em Idade Fértil que são: fortalecer a integração da vigilância do óbito, com as áreas de assistência primária, secundária e terciária; fomentar a implantação de Comissões Técnicas de Vigilância do Óbito Materno e Comitês de Mortalidade, nos municípios e/ou Escritórios Regionais de Saúde, do Estado de MT.

Destacou a necessidade de implementar a vigilância do óbito materno no Estado e no município de Cuiabá. Informou que a Comissão Técnica de Vigilância do Óbito Materno e de Mulheres em Idade Fértil, foi instituída em junho de 2013, composta por: 01 ginecologista obstetra, 03 enfermeiras com formação na área obstétrica e codificação de causa básica de óbito, cujo compromisso está delineado nos seus objetivos:

- Contribuir para a qualificação das informações contidas nas declarações de óbitos, nas investigações e certificação da causa do óbito, dessa forma, aprimorar o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM);
- Monitorar os indicadores de mortalidade de mulheres em idade fértil e materna;
- Subsidiar gestores no planejamento e implantação de políticas públicas que visem à redução da mortalidade de mulheres em idade fértil e materna no estado de MT;
- Subsidiar Comitês nas análises, conclusões e intervenções e disseminar as informações.

Abordou também as atividades que vem sendo desenvolvidas por esta comissão, desde que foi constituída, há 03 meses: realização das análises e qualificação de informações de 16 óbitos maternos residentes no município de Cuiabá. O resultado permitiu a certificação e alteração das causas de 12 casos (75%) no SIM (deixando claro que essas alterações não ocorrem nas DOs) e na investigação de apenas 03 casos (18,75%) não houveram alterações. Isso já mostra a importância dessas análises dentro da rotina do trabalho da Vigilância e no acompanhamento do Comitê para confirmação e qualificação dos casos. Finalizou destacando as intervenções realizadas pela Comissão Técnica de Vigilância do Óbito Materno e na busca ativa de óbitos maternos em todos os casos de mortes de Mulheres em Idade Fértil.

Tema: “Experiência no Comitê Municipal de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal”.

Na sequência a pediatra **Dr^a. Lucia Helena** relatou sua experiência no Comitê Municipal de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, apontando o marco normativo que foi constituído em 18/07/1998, através da Resolução nº 042/GAB/SMS.

Afirmou que em função de constantes mudanças na gestão e pela falta de articulação entre as instituições envolvidas esteve desativado por aproximadamente dois anos. E que a partir de 01/08/2007 foi reativado após denúncia no Conselho Municipal de Saúde, pela então Conselheira de Saúde, Eloá de Carvalho Lourenço, passando a atuar de forma sistemática e articulada com a Vigilância de Nascimento e Óbitos e outras entidades que passou a compô-lo.

Enfatizou os objetivos, finalidades e estrutura do Comitê com atuação técnico-científica, sigilosa, não coercitiva ou punitiva, função eminentemente educativa e controle social de acompanhamento da execução de políticas públicas.

Prosseguindo em sua exposição, apresentou a atual constituição do Comitê especificando as representações

relacionadas: área da atenção primária, secundária, terciária, vigilância epidemiológica, controle e avaliação, conselho municipal de saúde, conselhos regionais de psicologia, medicina e enfermagem, faculdades de enfermagem.

Demonstrou os avanços alcançados ao longo desse período ativo do comitê, dentre elas: a capacitação “Multiplicadores em Vigilância do Óbito de Mulher em Idade Fértil, Materno, Infantil e Fetal, em agosto e setembro de 2011; audiência com o então vereador Lúdio Cabral solicitando a elaboração de projeto de lei para a regulamentação do CMMMI; apresentação no Conselho Municipal de Saúde do projeto de lei para regulamentação do Comitê Municipal de Mortalidade Infantil, sendo, naquela ocasião deliberada pela elaboração de carta de apoio, acatado por unanimidade pelos conselheiros de saúde e constituição da comissão técnica.

Finalizando sua palestra apresentou as dificuldades do Comitê Municipal de Cuiabá que são: acesso aos prontuários em tempo hábil; preenchimento inadequado das Declarações de Óbitos; caligrafias de difícil compreensão; manutenção de equipamentos e sistemas; volume de trabalho X pessoal; ampliar e fortalecer o trabalho em conjunto da vigilância do óbito materno e infantil com as áreas de assistência; atender aos prazos regulamentados de notificação e investigação; demora no retorno dos casos encaminhados para investigação na rede ambulatorial; mudança da família da área após ocorrência do óbito (desestrutura familiar); endereço de residência incorreto; deslocamento (transporte) da equipe para áreas mais distantes, perigosas e descobertas de pontos de atenção primária como Unidades de Saúde da Família; falta de qualidade das informações, entre outras.

Tema: “A Experiência do Juizado da Infância e Juventude de Cuiabá”.



Na sequência, a juíza da Vara da Infância e Juventude de Cuiabá, **Dr^a Gleide Bispo**, discorreu sobre a procura e contato realizado pelo Ministério da Saúde, em que se efetivou uma parceria e a incumbência de envolvimento direto e reforçado seu compromisso no empenho e acompanhamento da reabertura dos leitos neonatais no Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá, e na continuidade da luta para a implantação do Hospital e Maternidade Pública Materno Infantil para o Estado de MT. Informa que é uma ação que já vem se tentando há um bom tempo, com todos os gestores que passaram pelo município e Estado. Relata as dificuldades de alguns casos que chegam para que possa auxiliar na internação por meio judicial, o que tem sido o mais utilizado atualmente, para que as crianças possam ter acesso aos leitos hospitalares e UTIs. Aponta para uma rede de atenção à saúde que não funciona com qualidade, leitos SUS insuficientes e que não comportam o número da demanda reprimida, que só tem tendência de aumento. Levanta a questão de que os gestores que não se comprometem de fato e a população vulnerável, em especial, crianças e idosos, permanecem e sofrimento e ocorrem mortes que poderiam ser evitadas.

Tema: “Experiência da Regional de Barra do Garças: Comitê Regional de Mortalidade Materna e Infantil Garças-Araguaia”.



Dando prosseguimento na roda de conversa, **Márcia Rauber**, representando o Escritório Regional de Barra do Garças/Vigilância Epidemiológica do Óbito, relatou a experiência do Comitê de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal da região de Barra do Garças.

A profissional retratou com riqueza de detalhes toda a constituição do Comitê Regional de Prevenção da Mortalidade Materna, Fetal e Infantil – Garças Araguaia (CRPMMFI).

Trouxe para plenária 5 (cinco) reportagens locais e nacionais que retrataram a mortalidade indígena na região. Expôs o trabalho desenvolvido pelo município, estado e comitê. As atividades/oficinas de monitoramento da vigilância do óbito que ocorreram em 2012, o projeto de capacitação que foi efetivado em 2013, com aval do Comitê Estadual.

E por fim, explanou o trabalho do CRPMMFI, apresentou sua composição técnica e apresentou os seguintes desafios a serem enfrentados e que precisam ser sanados urgentemente para dar continuidade ao seu funcionamento com a devida qualidade que merece: não têm sede própria; seus arquivos, reuniões e todas as demais demandas são feitas nas dependências do Escritório Regional de Barra do Garças. As reuniões do Comitê acontecem semestralmente; possuem uma coordenação colegiada e segundo a palestrante, o grande obstáculo é a ausência da sociedade civil organizada, que apesar de convocada/convidada não comparecem para participação.

No debate foi abordado a problemática da falta de participação/compromisso dos gestores e a representação de setores importantes nos comitês de mortalidade, e a falta de estruturação desses comitês. Destacou-se a importância da contribuição do poder judiciário para possibilitar mudanças efetivas na atual realidade.

Foi apontada também, a dificuldade de integração do profissional médico na vigilância dos óbitos maternos, infantis e nos comitês e a resistência do setor privado no cumprimento da legislação vigente, uma vez que a maioria são instituições privadas que disponibilizam leitos para o SUS e como não há outro serviço, fica-se nas mãos do serviço privado e estes ditam as regras.

Destacado a necessidade de capacitação permanente dos médicos quanto ao correto preenchimento das DO's e registros em prontuários dos pacientes e a equipe como um todo.

Deu ênfase a importância dos profissionais de todos os níveis de assistência, avaliarem a acompanharem os indicadores de mortalidade de sua Unidade, para implementação das boas práticas de vigilância e assistência.

Roda de Conversa

1º Tema: “Aspectos históricos da constituição dos Comitês de Mortalidade Materna, infantil e fetal”



O evento seguiu com a apresentação da enfermeira **Ms. Rita Borges**, representante da Gerência de Informação, Análises e Ações Estratégicas em Vigilância Epidemiológica, da Secretaria de Estado de Saúde, fez a contextualização histórica, dos primeiros Comitês de Morte Materna nos Estados Unidos, na Filadélfia, em 1931, e em Nova Iorque, no ano seguinte. Mas a experiência internacional mais conhecida do trabalho dos comitês acabou sendo a do Reino Unido.

Ressaltou a experiência Cubana com os comitês implantados desde 1987, uma comissão nacional responsável por analisar todos os óbitos maternos do país, notificando-os em, no máximo, 24 horas e investigando-os no prazo de 15 dias.

Informou ainda que, após a Conferência de Nairobi, em 1987, a redução da mortalidade materna passou a ser um compromisso para todos os países em desenvolvimento. Ressaltou que na América Latina, esse pacto pela saúde refletiu no estímulo à implantação de novos comitês de morte materna a partir de 1990, com a 23.ª Conferência Sanitária Pan-Americana.

Ponderou que no Brasil, a implantação dos comitês estaduais de morte materna tem sido adotada como estratégia da Política de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), delineada em 1984 pelo Ministério da Saúde. Mas foi só a partir de 1987 que, de fato ocorreu.

Mencionou o papel fundamental do Ministério da Saúde, que impulsionou e apoiou a implantação dos primeiros Comitês Municipais no Estado de São Paulo. Em seguida, o movimento ganhou maior dimensão, chegando aos estados do Paraná, Goiás e Rio de Janeiro.

Em 1994, segundo a palestrante, foi instituída a Comissão Nacional de Morte Materna, grupo que congrega representantes de organizações governamentais, sociedades científicas, movimento de mulheres e técnicos de notório saber.

Abordou o conceito dos Comitês; suas composições e organizações e finalizou retratando a direção que o Ministério da Saúde aponta e explicita que os Comitês estão vinculados às secretarias estaduais de saúde, de forma a obter o apoio técnico-administrativo essencial ao exercício de suas funções, atuando como órgãos de assessoria técnica para correção de estatísticas oficiais, definição de estratégias e acompanhamento da execução das mesmas.

2º Tema: “Implantação do Fórum Permanente Perinatal em MT”

Na sequência houve a explanação da enfermeira **Ms. Noíse Pina Maciel** sobre o Fórum Perinatal da Rede Cegonha e sua importância nas discussões coletivas e fomentação de propostas a serem implementadas nas redes de atenção que se formam.

Enfatizou que a Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011, instituiu, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha e que tem como uma de suas premissas estimular à instituição do Fórum permanente perinatal que tem como finalidade a construção de espaços coletivos plurais, heterogêneos e múltiplos para participação cidadã na construção de um novo modelo de atenção ao parto e nascimento, mediante o acompanhamento e contribuição na implementação da Rede Cegonha na região. Destaca a perspectiva operacional de discutir e pactuar propostas para organizar uma rede de cuidados integral e humanizada de atenção a mulheres e aos recém-nascidos.

Ressalta a importância de ser composto por um grupo interinstitucional, permanente, deliberativo e gestor das políticas de atenção à saúde da gestante e dos recém-nascidos, executando o planejamento, avaliação, monitoramento, divulgação e gestão das ações de saúde. Com representações da SES, SMS, comitês de mortalidade, conselhos de classe, universidades, ministério público, maternidades, entre outros. Informou que atualmente, no país existem 22 fóruns em atividade.

Finalizou sua explanação propondo que o Fórum fosse conduzido pelo grupo condutor da rede cegonha municipal com a contribuição do Escritório Regional de Saúde da Baixada Cuiabana.

3º Tema: “Reestruturação do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil no Estado e nas 16 Regionais de Saúde de Mato Grosso”.

A psicóloga sanitária **Ms. Eloá de Carvalho Lourenço**, expôs a proposta de Reestruturação do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil do Estado e a implantação dos Comitês nas Regionais de Saúde de Mato Grosso. Divulgou a importância das oficinas programadas para o período vespertino. Chamou a atenção da plenária para as altas taxas de mortalidade materna e completou afirmando que o enfrentamento da mortalidade materna, infantil e fetal implica no envolvimento de diferentes atores sociais.

Contextualizou a criação do Comitê de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal de Mato Grosso - CEMMI-MT – instituído através da Res. nº 02/95 e Portaria nº 080, de 18/05/2005 e atualizadas pelas Res. nº 10/95, 16/95, 10/99, 06/05, 16/09 e nº 09/2012 de 19/06/2012 do CES/SES-MT. Está vinculado administrativamente à Superintendência de Vigilância à Saúde da SES-MT no papel, uma vez que de fato isso não vêm ocorrendo.

O Comitê reúne representantes de instituições governamentais e não governamentais, sociedade civil organizada e profissionais das diversas áreas da, a fim de correções das distorções e prevenção de novas mortes evitáveis.

Destacou que o mandato para os cargos é de 02 (dois) anos, sendo permitida 01 (uma) recondução. A profissional apresentou proposta de alteração do nome para Comitê Estadual de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal – CEPMMIF-MT e uma coordenação colegiada, que deverá ser levada a discussão e votação nas próximas reuniões do comitê.

Apresenta os principais desafios para que o Comitê atualmente possa de fato atuar como deveria:

1. Reconhecimento por parte dos Gestores e profissionais da vigilância e demais áreas da SES, da importância da atuação do Comitê, enquanto instância de Controle Social com disponibilidade de apoio técnico e logístico para sua efetiva atuação;
2. Capacitação permanente e continuada - Atenção Primária, Vigilância à Saúde, Hospitais e Universidades;
3. Envolvimento e participação das ESF/Atenção Primária na investigação ambulatorial/domiciliar e vigilância de óbito no município/região.

Fez o relato das atividades desenvolvidas e do prêmio de reconhecimento recebido pela OPAS em 2012, relacionada ao Fórum de Mobilização, enquanto uma experiência exitosa.

Na sequência foram realizadas as oficinas de “Declaração de óbito e a importância da qualidade da informação e Terapia comunitária e integrativa para investigadores dos óbitos”.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Reforçar a necessidade de construção do hospital público materno infantil em Cuiabá;
- Acompanhar junto à Assembleia Legislativa a proposta do Projeto de Lei para Criação dos Comitês Estadual e Municipal de Cuiabá/MT;
- Criar uma rubrica específica para atuação e funcionamento dos Comitês e financiamento dos eventos como: capacitação, fórum, oficinas, entre outros;
- Disponibilizar profissionais (RH) e estrutura física para os Comitês;
- Desenvolver capacitação continuada na Vigilância de Óbitos Materno Infantil e Fetal da rede estadual e municipal;
- Promover a integração da vigilância do óbito, com as áreas de assistência primária, secundária e terciária, identificando os determinantes dos óbitos envolvendo a equipe do nível local no processo de vigilância e recomendar intervenções nos grupos de riscos e de maior vulnerabilidade;
- Fomentar a implantação de Comissões Técnicas de Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal e Comitês de Mortalidade, nos municípios e/ou Escritórios Regionais de Saúde do Estado de MT;
- Monitorar por meio da vigilância os indicadores do SISPACTO, e propor ações de intervenção para a redução dos óbitos maternos, infantis e fetais de residentes no Estado de MT;
- Priorizar os recursos físicos, humanos e financeiros devido ao curto prazo para o atingimento das metas pactuadas até 2015;
- Divulgar periódica e oportunamente as informações relativas ao óbito materno, infantil e fetal;
- Sensibilizar os gestores quanto à importância da atuação dos Comitês, enquanto instância de Controle Social e disponibilizar o apoio técnico e logístico para sua efetiva atuação.

Após as exposições nas mesas houve os debates onde os questionamentos foram contemplados em forma de propostas e desafios constantes neste relatório.

Considerações finais

Os Fóruns de mobilização pela redução da mortalidade materna, infantil e fetal, realizados no Estado de Mato Grosso tem sido um espaço democrático, em que várias entidades, profissionais de saúde, gestores e usuários se reúnem para discutir e propor diretrizes para melhorar a assistência à saúde da população. Além disso, possibilita a sensibilização quanto à necessidade de implantar e implementar ações de vigilância em saúde. O resultado dessas discussões tem servido de base para o reconhecimento da importância de atuação dos comitês, monitoramento e avaliação dos indicadores que apontam para estratégias de intervenção.

O Plano Plurianual (PPA) e o Plano de Trabalho Anual (PTA) devem levar em consideração as diretrizes expostas neste relatório, para a implementação de ações que impactem diretamente na redução dos óbitos materno, infantil e fetal no Estado de Mato Grosso.

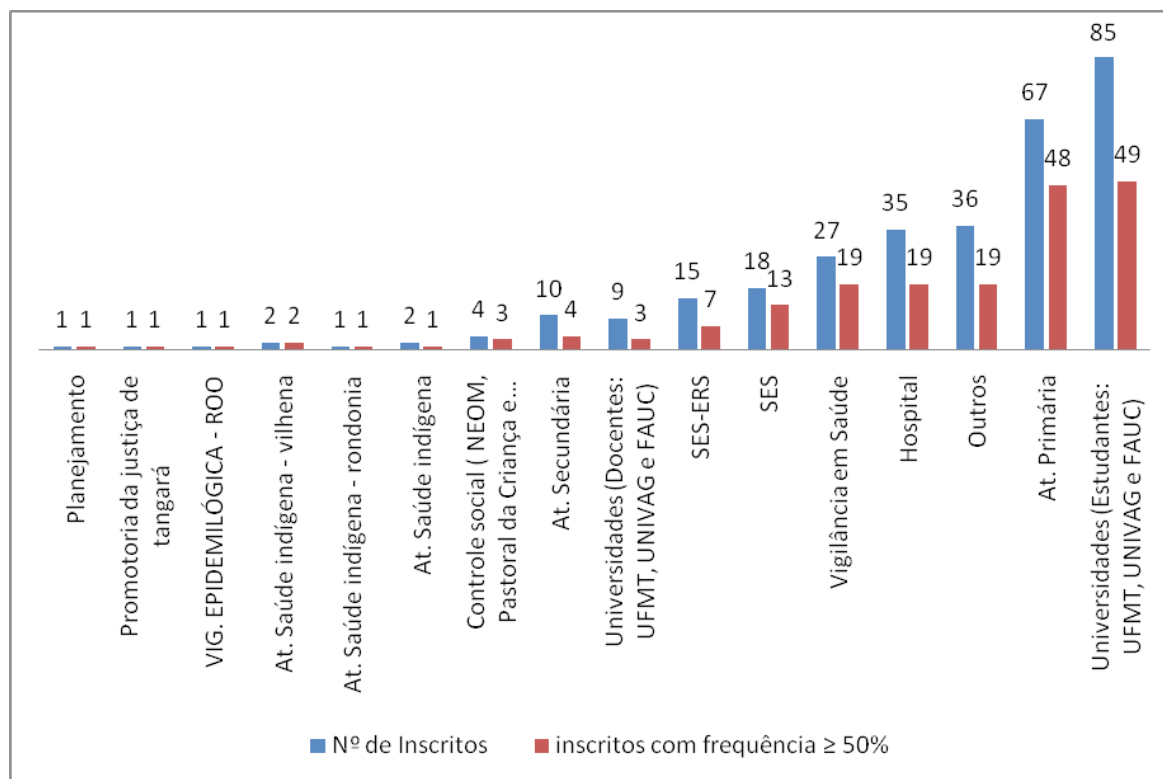
Anexos

Quadro 01. Percentual de profissionais inscritos para o fórum pela redução de mortalidade materna, infantil e fetal por área de atuação.

Área de atuação	Total	%
SMS Poconé	1	0,3
Vara da Infância e Juventude	1	0,3
Ministério da Saúde	1	0,3
Planejamento	1	0,3
Promotoria da Justiça de Tangará	1	0,3
Vig. Epidemiológica - ROO	1	0,3
At. Saúde Indígena – Vilhena-Rondônia	5	1,5
Controle social (NEOM, Pastoral da Criança e Conselho Municipal da Saúde)	4	1,3
At. Secundária	9	2,8
Universidades (Docentes: UFMT, UNIVAG e FAUC)	9	2,8
SES-ERS	15	4,7
SES	18	5,7
Vigilância em Saúde	27	8,5
Hospital	35	11,1
Outros	36	11,4
At. Primária	67	21,2
Universidades (Estudantes: UFMT, UNIVAG e FAUC)	85	26,9
TOTAL DE INSCRITOS	316	100,0

Fonte: Comissão de organização e apoio logístico do Fórum (GEVINO/SMS Cuiabá e GEIAA/SES-MT)

Gráfico 01. Número de Inscritos no fórum de Mobilização de redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal segundo frequência $\geq 50\%$.



Fonte: Comissão de organização e apoio logístico do Fórum (GEVINO/SMS Cuiabá e GEIAA/SES-MT)

Matérias Publicadas, referente ao Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, realizado nos dias 30 e 31 de Outubro de 2013.

30/10/2013 - 00h46 – O Documento

Começa nesta quarta-feira (30.10), no auditório das Promotorias de Justiça de Cuiabá, o Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal. O evento está sendo promovido pelo Núcleo de Estudo e Organização de Mulheres de Mato Grosso, Comitê Estadual de Mortalidade Materna e Infantil e Comitê Municipal de Mortalidade Materna Infantil de Cuiabá, com o apoio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

O Fórum tem como objetivo promover discussões sobre a gravidade da mortalidade materna, infantil e fetal e sua repercussão no Sistema Único de Saúde (SUS) e na sociedade como um todo. Pretende-se, também, definir estratégias para a redução desses óbitos e assistência à criança e à mulher no ciclo gravídico-puerperal.

O público-alvo é formado por profissionais que atuam na área da saúde em geral, Ministério Público, gestores do sistema de saúde público e privado, universidade, sociedade civil e organizada envolvida com a temática da Redução da Mortalidade materna, infantil e fetal em MT.

De acordo com a programação, além de uma conferência sobre assistência digna e nascimento saudável, serão realizadas mesas redondas com os seguintes temas: 'Desafios para potencializar a vigilância do óbito materno, infantil e fetal no contexto Municipal e Estadual' e 'Operacionalização da Política de Assistência humanizada no pré-natal, parto e puerpério como estratégia na prevenção da mortalidade materna, infantil e fetal – Redes de serviços e gestão.

Serão realizadas, ainda, rodas de conversa sobre experiências desenvolvidas em Cuiabá, implantação do Fórum Permanente Perinatal em MT, entre outros assuntos.



PRIMEIRA HORA

Profissionais da SMS participaram do Fórum de mobilização pela redução de mortalidade

FOTO: ASSESSORIA

Nos dias 30 e 31 de outubro, profissionais do Departamento de Ações Programáticas e da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde participaram em Cuiabá, no Auditório da Sede das Promotorias de Justiça de Mato Grosso, do Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, promovido pelo Núcleo de Estudo e Organização da Mulher de Mato Grosso; pelo Comitê Estadual de Mortalidade Materna e Infantil; pelo Comitê de Mortalidade Materna e Infantil de Cuiabá, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Saúde de Cuiabá.

Direcionado para profissionais da Saúde, Ministério Público, gestores dos sistemas de saúde público e privado, universidades e a sociedade civil e organizada, o evento teve por objetivo discutir sobre a situação da mortalidade em Cuiabá e Mato Grosso, bem como estabelecer estratégias para a redução desses óbitos e a qualificação da assistência à criança e à mulher no ciclo gravídico-puerperal, além de mobilizar os participantes para a implantação do Fórum Perinatal e de comitês regionais de mortalidade materna e infantil, no Estado.

A programação do fórum incluiu a conferência “Assistência Digna e Nascimento Saudável: Desafio Possível”; as mesas redondas com os temas “Desafios para Potencializar a Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal no Contexto Municipal e Estadual”, “Operacionalização da Política de Assistência Humanizada no Pré-Natal, Parto e Puerpério como Estratégia na Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal – Redes de Serviço e Gestão”; as rodas de conversa “Experiência do Comitê Municipal de Mortalidade Materna, Infantil e Vigilância do Óbito Materno no Município de Cuiabá”, “Experiência da Regional de Barra do Garças: Comitê Regional de Mortalidade Materna e Infantil Garças-Araguaia”; Discussão da Reestruturação do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil no Estado e nas 16 Regionais de Saúde de Mato Grosso; Implantação do Fórum Permanente Perinatal em MT, com proposta de encaminhamento do fórum: e as oficinas “A Declaração de Óbito e a Importância da Qualidade da Informação” e “Terapia Comunitária Integrativa para os Investigadores dos Óbitos”.

“Nossa participação no fórum visou buscar subsídios para a formação do Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, que está inserido na busca de melhorias na assistência dentro da Rede Cegonha, além da troca de experiências e conhecimentos para o aprimoramento das informações”, afirmou a Gerente do Departamento de Ações Programáticas, Eliane Ormund.

Noventa por cento das mortes de mulheres grávidas poderiam ser evitadas com atendimento adequado. Foi com essa preocupação, dentre outras, que iniciou nesta quarta-feira (30), o Fórum de Mobilização pela Redução da Moraldade Materno Infantil e Fetal, no auditório da sede das Promotorias de Justiça e vai até amanhã, 31. Durante os dois dias, representantes de vários segmentos de saúde e sociedade civil organizada estarão reunidos para debater o tema que envolve ainda o pré-natal, parto e pós-parto.

Representando a Assembleia Legislativa, a deputada Teté Bezerra (PMDB) recebeu a missão de articular junto à Casa de Leis, um projeto de lei que institui o Comitê Estadual de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal para atuação no âmbito das políticas públicas de saúde no território do estado de Mato Grosso. A deputada destacou a importância da iniciativa, pois mesmo em números reduzidos ainda se registra casos de morte durante a gravidez ou mesmo no parto, tanto da mãe quanto do bebê.

“Vamos nos empenhar em sensibilizar os parlamentares da importância de se instituir uma lei que na pratica irá regulamentar várias ações associadas ao assunto”, destaca a deputada.

Ela destacou a proposta do encontro de sensibilizar e mobilizar os participantes para implantação do fórum perinatal e de comitês regionais de moralidade materna e infantil no Estado, assim como possibilitar a troca de experiências e conhecimentos para o aprimoramento das informações. “Me coloco a disposição no que for possível para ajudar. Vou me empenhar em colocar em pratica a missão a mim oferecida”, completa a deputada.

Os assuntos apresentados durante o Fórum serão: Assistência digna e nascimento saudável/ Desafio possível. Mesas redondas com os temas – “Desafios para potencializar a vigilância do óbito materno, infantil e fetal no contexto municipal e estadual” e “Operacionalização da Política de Assistência humanizada no pré-natal, parto e puerpério como estratégia na prevenção da mortalidade materna, infantil e fetal – Redes e serviços de gestão”. Ainda na programação do segundo dia vai acontecer roda de conversa e oficinas.

Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal começa nesta quarta
Redação ANoticiaMT
30/10/2013 - 07:44

Começa nesta quarta-feira (30.10), no auditório das Promotorias de Justiça de Cuiabá, o Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal. O evento está sendo promovido pelo Núcleo de Estudo e Organização de Mulheres de Mato Grosso, Comitê Estadual de Mortalidade Materna e Infantil e Comitê Municipal de Mortalidade Materna Infantil de Cuiabá, com o apoio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

O Fórum tem como objetivo promover discussões sobre a gravidade da mortalidade materna, infantil e fetal e sua repercussão no Sistema Único de Saúde (SUS) e na sociedade como um todo. Pretende-se, também, definir estratégias para a redução desses óbitos e assistência à criança e à mulher no ciclo gravídico-puerperal.

O público-alvo é formado por profissionais que atuam na área da saúde em geral, Ministério Público, gestores do sistema de saúde público e privado, universidade, sociedade civil e organizada envolvida com a temática da Redução da Mortalidade materna, infantil e fetal em MT.

De acordo com a programação, além de uma conferência sobre assistência digna e nascimento saudável, serão realizadas mesas redondas com os seguintes temas: 'Desafios para potencializar a vigilância do óbito materno, infantil e fetal no contexto Municipal e Estadual' e 'Operacionalização da Política de Assistência humanizada no pré-natal, parto e puerpério como estratégia na prevenção da mortalidade materna, infantil e fetal – Redes de serviços e gestão'.

Serão realizadas, ainda, rodas de conversa sobre experiências desenvolvidas em Cuiabá, implantação do Fórum Permanente Perinatal em MT, entre outros assuntos.



Assessoria de Imprensa

Inscrições para o Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal seguem até o dia 18. Por: Jaqueline Siqueira

Fonte: Ascom Sisma 11/10/2013

Estão abertas até o dia 18 as inscrições para o Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal. O evento tem por objetivo sensibilizar e mobilizar para implantação de Fóruns Perinatal e de Comitês regionais de mortalidade materna e infantil em Mato Grosso.

O evento é destinado aos profissionais da saúde, gestores do sistema de saúde público e privado, instituições de ensino superior, sociedade civil organizada e representantes do Ministério Público.

O Fórum ocorre nos dias 30 e 31 deste mês, no Auditório da Sede das Promotorias de Justiça, sito à Rua Desembargador Milton Figueiredo Ferreira Mendes, setor D, s/nº, Edifício Dr. José Eduardo Faria, Centro Político Administrativo, ao lado do Fórum de Cuiabá. A Comissão Organizadora estima que cerca de 250 pessoas participem dos dois dias de intensos debates.

A ficha de inscrição pode ser obtida no site da Secretaria Estadual de Saúde (SES) (www.saude.mt.gov.br/forum-mortalidade-infantil) e após o preenchimento deve ser encaminhada para o e-mail da organização forummortalidade@gmail.com.

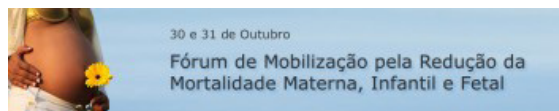
Os participantes que tiverem trabalhos, experiências exitosas e ensaios teóricos poderão inscrever os materiais na modalidade Banner com o tema relacionado à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal. As normas para inscrição e apresentação dos trabalhos também está disponível no site da SES.

O evento é promovido pelo Núcleo de Estudos e Organização da Mulher de Mato Grosso, Comitê de Mortalidade Materna e Infantil, Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil de Cuiabá, Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá com o apoio do Ministério da Saúde, Ministério Público de MT, Humaniza SUS MT, UNIMED Cuiabá, Sala da Mulher, Conselho Regional de Psicologia - MT, Conselho Regional de Enfermagem - MT e Hospital Santa Helena.

Outras informações podem ser obtidas pelo fone (65) 3617-1311 Nelma e Marly.

Em prol da saúde

Fórum de Mobilização pela Redução de Mortalidade Materno Infantil e Fetal



Redação

Publicado em: 31/10/2013 - 12:55 - MTMÍDIA MATO GROSSO

O Fórum de Mobilização pela Redução de Mortalidade Materno Infantil e Fetal reúne representantes de vários segmentos de saúde e sociedade civil organizada para debater o pré-natal, parto e pós-parto.

A deputada estadual, Teté Bezerra (PMDB), foi representar a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. “Vamos nos empenhar em sensibilizar os parlamentares da importância de se instituir uma lei que na prática irá regulamentar várias ações associadas ao assunto”.

O Fórum iniciou na quarta-feira (30) e termina nesta quinta-feira (31) e acontece no auditório da sede das Promotorias de Justiça. Promovido pelo Núcleo de Estudo e Organização de Mulheres de Mato Grosso, Comitê Estadual de Mortalidade Materna e Infantil e Comitê Municipal de Mortalidade Materna Infantil de Cuiabá, com o apoio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

SAÚDE DA GESTANTE

Fórum em Cuiabá promove debate sobre mortalidade materna e infantil

Ministério Público, Comitê e Rede Cegonha querem discutir o parto e a livre escolha da mulher enquanto parturiente

ALIANA CAMARGO

O Comitê de Mortalidade Materna e Infantil, em parceria com o Ministério Público do Estado (MPE), promovem nesta segunda-feira (28), no auditório das Promotorias de Justiça de Cuiabá, o Fórum de Mobilização pela redução da mortalidade materna e infantil. O evento pretende esclarecer aos interessados o panorama da mortalidade infantil em Cuiabá e a assistência pré-natal na Capital e em Mato Grosso.

Entre as políticas realizadas em nível de Brasil, a rede de atenção ao parto e criação do fórum permanente da Rede Cegonha, um projeto do Ministério da Saúde, inserido no Sistema Único de Saúde serão temas apresentados.

Imagem da Internet



Rede Cegonha fundamenta, nos princípios da humanização e assistência, a livre escolha da mulher durante o parto

A Rede Cegonha fundamenta, nos princípios da humanização e assistência, a livre escolha da mulher durante o parto, nascimento seguro através de boas práticas, atenção à saúde da criança até os dois anos de idade, entre outros.

Em contrapartida ao projeto de humanização, deve ser discutido entre os participantes do evento, a quantidade de cirurgias cesáreas realizadas pela rede privada de saúde. Dados apontam que em 2011 mais de 65% dos partos em Cuiabá foram realizados através de cesáreas. Quando a Organização Mundial de Saúde estabelece que cesáreas sejam realizadas apenas em casos muito específicos.

AMPLA DISCUSSÃO

“Considerando que esse é um problema que envolve tanto a mãe quanto a criança, no âmbito do Ministério Público, essa discussão interessa não apenas à Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente, mas também a Promotoria da Cidadania que atua na área da saúde”, destacou o procurador de Justiça, Paulo Roberto Jorge do Prado.

O 'Fórum de Mobilização pela redução da mortalidade materna e infantil' conta também com o apoio do Conselho Regional de Enfermagem, Unimed, Conselho Regional de Psicologia, entre outras entidades.

Os comitês municipal e estadual de Mortalidade Materna e Infantil são instâncias deliberativas, interinstitucionais, multiprofissionais, vinculados à Secretaria Municipal e Estadual de Saúde. Sua atuação é técnico-científica e consultiva, sigilosa, com natureza eminentemente educativa.

O Fórum teve início às 7h30.

Fonte: **Hiper Notícias**

31/10/2013 Mortalidade materna e infantil é debatida em Cuiabá

Objetivo é discutir estratégias de diminuição de óbitos e qualificação da assistência à criança e a mulher.



Hoje (31) de outubro é o segundo dia do “Fórum de Mobilização pela redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal”, que está discutindo a situação em Cuiabá e em Mato Grosso, bem como estratégias para a diminuição desses óbitos e qualificação da assistência à criança e à mulher no ciclo da gravidez ao pós-parto.

O evento, organizado por entidades da saúde da mulher, das quais o Coren Mato Grosso faz parte, é gratuito e está ocorrendo em dois dias (ontem e hoje), no auditório da Sede das Promotorias de Justiça, em Cuiabá. A organização esperava 250 participantes e o número passou de 300.

Dentre as ações, o fórum tem como meta sensibilizar e mobilizar os participantes para implantação do fórum perinatal e de comitês

regionais de mortalidade materna e infantil em todo o estado, assim como possibilitar a troca de experiências e conhecimentos para o aprimoramento das informações.

Fonte: Coren/MT - 01/10/2013

Abertas as inscrições para o Fórum pela Redução da Mortalidade Materno-infantil

As inscrições para o “Fórum de Mobilização pela redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal” estão abertas e o evento será realizado nos dias 30 e 31 de outubro, no Auditório da Sede das Promotorias de Justiça da Capital.

O fórum promovido pelo Núcleo de Estudo e Organização da Mulher de Mato Grosso (Neom), do qual o Coren Mato Grosso é membro, vai discutir a situação da mortalidade em Cuiabá e em Mato Grosso, bem como estratégias para a redução destes óbitos e qualificação da assistência à criança e à mulher no ciclo da gravidez ao pós-parto. O público-alvo são os profissionais da saúde, Ministério Público, gestores do sistema de saúde público e privado, universidade e sociedade civil organizada.

O fórum tem como meta sensibilizar e mobilizar os participantes para implantação do fórum perinatal e de comitês regionais de mortalidade materna e infantil em todo o estado, assim como possibilitar a troca de experiências e conhecimentos para o aprimoramento das informações.

As inscrições são gratuitas e estarão abertas até o dia 18 de outubro. A ficha de inscrição pode ser solicitada pelo endereço eletrônico forummortalidade@gmail.com. Os candidatos podem

preencher o formulário e retornar para o mesmo e-mail.

A Secretaria Municipal de Saúde fornecerá informações adicionais pelos telefones (65) 3617-1311. Falar com Nelma ou Marly em horário comercial.

Abertas as inscrições para o Fórum pela Redução da Mortalidade Materno-infantil
COREN

Sites que publicaram matéria sobre o Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil 2013

<http://g1.globo.com/videos/mato-grosso/mttv-1edicao/t/edicoes/v/morte-de-maes-e-bebes-e-tema-de-forum-em-cuiaba/2923282/>

<http://sismamt.org.br/videos.php?pagina=5>

<http://www.gazetadigital.com.br/video/play/id/18523/programa/1>

Estratégias de Divulgação do Fórum de Mobilização pela Redução da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal

Confecção e distribuição de 200 Cartazes e 1000 folders, para unidades da Atenção Primária, Secundária, unidades hospitalares e universidades;

Confecção e distribuição de 06 Banners para serem afixados na Atenção Primária, Hospital Santa Helena, Hospital Julio Muller, Hospital Geral Universitário, Hospital e Maternidade Femina, Hospital Jardim Cuiabá;

Publicação do evento no site da Secretaria de Estado de Saúde (SES), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Conselho Regional de Enfermagem (COREN), Sindicato Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SISMA) e Ministério Público (MP).

Reuniões para a execução do Fórum



Dia 30/07/2013, no Parque Massairo Okamura, com representantes do CEMMI;

Agosto de 2013, com o Procurador Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, Dr. Paulo Prado;

Dia 10/09/2013, com Promotor de Justiça do Estado de Mato Grosso, Dr. Alexandre de Matos Guedes;

Dia 20/09/2013, com a presidente do CEMMI e representante do NEOM, Eloá de Carvalho Lourenço;

Dia 24/09/2013 com Secretário Adjunto de Assistência da SMS de Cuiabá, Fernando Antônio Santos e Silva e representantes da Atenção Primária da SMS de Cuiabá;

Dia 26/09/2013 com Secretário Adjunto da SES, Ednilson de Lima Oliveira e presidente do NEOM, Ana Maria Boabaid;

Dia 04/10/2013 com Coordenadora da Atenção Primária da SMS de Cuiabá, Marlene Leite e Coordenadores de Regionais da SMS de Cuiabá;

Dias 25/09/2013 e 24/10/2013 com cerimonial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Aparecida Delano, Leonildo de Arruda Maciel Junior e Sílvia Cristina Gardim Pinto;

Dia 22/10/2013 com Assessoria de Planejamento da SMS de Cuiabá, Ivanete Fortunato e Hugna Mayre;

Dia 25/10/2013 com a Coordenadora Especial Rede Assistencial de Vigilância a Doenças e Agravos da SMS Cuiabá, Flávia Guimarães Dias e Superintendente de Vigilância em Saúde da SES, Juliano Silva Melo.

**FÓRUM DE MOBILIZAÇÃO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA,
INFANTIL E FETAL**

Data: 30 e 31/10/2013

Local : Ministério Público – Cuiabá-MT

PLANILHA DE ANÁLISE DE TRABALHOS INSCRITOS

NNº de ordem	Titulo do trabalho	Autoria	Instituição	Contatos: fones e email	RESULTADO
01	Oficina de qualificação da vigilância do óbito para os técnicos da vigilância epidemiológica e atenção básica dos municípios da Região de Saúde Garças Araguaia	Gleice Marry Guimarães Teodoro Garcia, Márcia Cristina Rauber, Vânia Rodrigues dos Santos	ERS de Barra do Garças- Secretaria do Estado de Saúde/MT	gleicegarcia@ses.mt.gov.br marciarauber@ses.mt.gov.br vaniasantos@ses.mt.gov.br	Aprovado com ressalvas a incluir no banner
02	Análise das causas biológicas de morbimortalidade neonatal no Hospital Regional de Cáceres Drº Antônio Fontes	Emanuele Cristine Pereira Alves.	Coordenadora da Vigilância em Saúde de Rio Branco – MT/ UNIC-MT.	emanuele-cristine@hotmail.com	Aprovado com ressalvas a incluir no banner
03	Experiência de qualificação da vigilância do óbito – com foco na população indígena xavante.	Márcia Cristina Rauber; Vânia Rodrigues dos Santos	ERS de Barra do Garças/ Secretaria do Estado de Saúde/MT	marciarauber@ses.mt.gov.br vaniasantos@ses.mt.gov.br	Aprovado
04	Perfil epidemiológico dos óbitos fetais em Rondonópolis-MT	Agda Alves Ramalho, Angélica Fátima Bonatti, Maria Auxiliadora Satelis Taques	SMS Rondonópolis	agda_ar@hotmail.com angelbonatti@hotmail.com satelis_@hotmail.com	Aprovado com ressalvas a incluir no banner
05	Análise do nível de informação das puérperas sobre amamentação após palestra na enfermaria de um hospital de Cuiabá.	Camila Pacheco e Souza da Silva, Karina Oliveira Faro, Nathalia Suzan Camarão Silva, Tayanne Nunes Buogo, Rafael Aranega Rodrigues.	Hospital Geral Universitário e UNIC-Cuiabá	karinna_faro@hotmail.com ncamarao@gmail.com , tatabuogo@hotmail.com rafaelaranega@hotmail.com	Aprovado com ressalvas a incluir no banner
06	Mortalidade infantil no Mato Grosso por causas evitáveis: série histórica 2001-2011	Fernanda Sanches Peres, Jaqueline Stevanatto, Maria Aparecida Munhoz Gaíva	UFMT-Cuiabá	Fernanda.sanchesperes@gmail.com	Aprovado com ressalvas a incluir no banner
07	Evidências científicas acerca do método canguru e suas implicações na mudança das práticas de enfermagem: Uma revisão de literatura	Aline Francisca Mattos Rodrigues e Claudia Elisa Klaus	Estudantes -Enf	Aline_mattos@hotmail.com (65)9636-4670: claudiaklaus_9@hotmail.com	Aprovado
08	Diretrizes para qualificar o parto e nascimento: análise de implantação em uma maternidade	Noíse Pina Maciel e Andréia Cristina Leal Figueiredo	Escola de Saúde Pública/ESP-SES-MT	noise.pina@ibest.com.br noise.pina@gmail.com	Aprovado